

Eliana Correia Brandão Gonçalves

ANTIARQUIVISMO

RESUMO:

A análise do antiarquivismo interroga o arquivo como prática, como voz, como território da memória e fragmentos das construções discursivas da alteridade, manipulada também pelos discursos de controle, de orientações e de posições. Nesse contexto, o arquivo pode servir como mascaramento ou alicerce do poder, com o fim de sustentar a soberania de determinados grupos e de segmentos sociais. Não interpretamos antiarquivismo como uma corrente, mas como discurso, em suas variadas ideologias, por vezes negando as representações e os gestos de liberdade de expressão e de criatividade dos sujeitos. Por outro lado, a oposição presente nos discursos do antiarquivismo nem sempre significa negação da importância das práticas e das ações de arquivamento, mas, por vezes, do poder de arconte, nas relações em que se instituem os discursos dos “guardiões do controle”, que impedem ações interventivas marcadas pela mediação e voltadas para as interações não “sobre o”, mas “com o” sujeito e as comunidades.

Palavras-chave: Arquivo, memória, cultura.

Atualmente é professora efetiva da
Universidade Federal da Bahia.

ANTIARCHIVISM

ABSTRACT

The antiarchivism analysis interrogates the archive as a practice, such as voice, as a territory of memory and fragments of discursive constructions of otherness, also manipulated by the discourses of control, guidance and positions. In this context, the file may serve as masking or foundation of power, in order to sustain the sovereignty of certain groups and social segments. Antiarchivism is not interpreted, here, as a chain, but as discourse, in its various ideologies, sometimes denying representations, as well as gestures of freedom of expression and of creativity. On the other hand, this opposition verified in speeches of antiarchivism does not always mean denial of the importance of practices and archiving actions, but, sometimes, of the power of archon, in relationships in which the speeches of the “guardians of control” are established, and which prevent interventional actions, marked by mediation and focused on the interactions not “about”, but “with the” individual and communities.

Keywords: Archive, memory, culture.

ANTIARCHIVISMO

RESUMEN

El análisis del antiarchivismo interroga el archivo como una práctica, como voz, como un territorio de memoria y fragmentos de las construcciones discursivas de la alteridad, también manipuladas por los discursos de control, de orientaciones y de posiciones. En este contexto, el archivo puede servir de enmascaramiento o fundación del poder, con el fin de mantener la soberanía de ciertos grupos y sectores sociales. Antiarchivismo no se interpreta como un modelo, pero como discurso, en sus diversas ideologías, a veces negando las representaciones y los gestos de la libertad de expresión y la creatividad de los sujetos. Por otra parte, la oposición presente en los discursos antiarchivismo ni siempre significa la negación de la importancia de las prácticas y medidas de archivamiento, pero a veces el poder de arconte, en las relaciones en que se establecen los discursos de los “guardianes del control” que impiden acciones intervencionistas marcadas por la mediación y dirigidas para las interacciones no “sobre el”, sino “con el” sujeto y las comunidades.

Palabras clave: Archivo, memoria, cultura.

ANTIARCHIVISME

RÉSUMÉ

L'analyse de l'antiarchivisme interroge l'archive comme pratique, comme voix, comme territoire de la mémoire et fragments de constructions discursives de l'altérité, manipulée aussi vers les discours de contrôle, d'orientations et de positions. Dans ce contexte, l'archive peut servir comme masque ou fondation du pouvoir, avec l'objectif de soutenir la souveraineté de déterminés groupes et de segments sociaux. Nous n'interprétons pas l'antiarchivisme comme un courant, mais comme discours, dans ses diverses idéologies, parfois niant les représentations et gestes de liberté d'expression et de créativité des sujets. En revanche, l'opposition qu'il y a dans les discours du l'antiarchivisme, pas toujours signifie négation de l'importance des pratiques et des actions d'archivement, mais parfois, du pouvoir d'archontes, dans les relations qu'instituent les discours des “gardiens du contrôle”, qu'empêchent des actions interventives marquées pour la médiation et dirigées vers les interactions non “sur le”, mais “avec le” sujet et les communautés.

Mots-clés: Archive, mémoire, culture

INTRODUÇÃO

A ANÁLISE DO ANTIARQUIVISMO interroga o arquivo como prática, como voz e território da memória – manipulada também pelos discursos de controle, orientações, posições e opiniões sobre o poder-dizer e o poder-saber. Nesse contexto, o arquivo pode servir como mascaramento ou alicerce do poder, com o fim de sustentar a soberania de determinados grupos e de segmentos sociais. Não interpretamos antiarquivismo como uma corrente, mas como discurso, em suas variadas ideologias. No antiarquivismo, não se lê de todo a pura negação, mas a resistência, a revolta do sujeito contra as seleções categóricas, contra a tentativa de se colonizar os espaços da memória e apagar as práticas discursivas.

A princípio, na acepção arquivística, o arquivo pode ser avaliado como o conjunto de documentos, independente da natureza ou suporte, reunido por acumulação, em instituições públicas e privadas, em decorrência do exercício de atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Ademais, ainda considerado como entidade ou órgão administrativo responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição (JARDIM, 1995).

Mas, para além do conceito de arquivo como instituição e depósito de fundos, compartilhamos da concepção de Derrida (2001, p. 11), que articula as noções de arquivo, do grego *arkhê*, e de arconte como o lugar da autoridade, normalmente exercida pelo Estado e suas instituições. O arquivo nos convida para seu território, espaço vivo, espaço das marcas e inscrições deixadas pelos grupos, “princípio da lei ali onde os homens e os deuses comandam”. As histórias coletivas podem ser lidas nos arquivos, assim como os registros individuais, bastante relevantes para a discussão sobre as subjetividades e - para as lutas das identidades, marcadas pelo apagamento dos traços individuais e dos matizes da memória.

De acordo com Foucault (2007), é preciso identificar as afirmações que se insurgem na história do arquivismo e do silenciamento, com o fim de promover mudanças nas leituras sobre as políticas do arquivo,

descrevendo as ligações sucessivas, ao longo dos séculos, que fazem aparecer essas construções discursivas da negação do arquivismo, como forma de resistência. Por outro lado, a oposição presente nos discursos do antiarquivismo nem sempre significa negação da importância das práticas e das ações de arquivamento, mas, por vezes, do poder de arconte, interrogando as motivações e os critérios presentes na seleção e na escolha do que pode e do que deve ser arquivado.

Sabemos que as histórias não se constroem de forma linear e progressiva, mas em articulação com o passado e a memória. Na contemporaneidade, concebemos que os arquivos se constituem de fragmentos das construções discursivas da alteridade. Ao se inscreverem no espaço do arquivo, esses sujeitos/“outros”, antes anônimos, entram em linha de combate para que suas vozes sejam ouvidas e legitimadas. Para a pauta dos Estudos Culturais, Hall (2003) propõe um projeto aberto, marcado pelo enfoque dialógico que rejeita a defesa de um campo fechado, particular, e que parte em defesa de uma prática, e porque que não dizer de desarquivamento, que conteste e ao mesmo tempo reflita, sobre os diversos modos de produzir, materializar e divulgar os arquivos. E, com a movência e a vitalidade da noção de cultura, promover rupturas e desorganizações nos campos disciplinares, que até então apresentavam fronteiras fechadas para outros diálogos.

Cook (1998, p. 139-140) alerta para o fato de que não há neutralidade nem imparcialidade na posição do arquivista, pois ele delibera sobre qual pequena fração do universo de informações registradas será objeto de preservação da arquivística. Para a pós-modernidade, interessa “o contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental que lhe dizem tanto, se não mais que o próprio assunto que é o conteúdo do texto”.

As transformações mundiais ou globais também parecem apontar para uma tendência a se reavaliar o passado, articulando debates a respeito da memória nos arquivos, no contexto dos países do Ocidente. De acordo com Achugar (2006, p. 238), na América Latina, em particular, cresce o interesse pela recuperação do passado com o fim de pensarmos como o manipulamos na linguagem. E nessa luta pelos restos e ruínas há

um desejo de apropriação, não apenas do patrimônio material e imaterial, mas dos discursos e dos saberes.

Em contextos de transição, surge a questão da legitimidade que produz a transição entre a velha e a nova ordem. E da mesma forma que não se pode indicar uma ruptura revolucionária apenas nos processos de independência e de construção dos Estados-nação da América Latina, não se pode também afirmar que se passou do modelo absolutista para o modelo das independências.

No âmbito dessas discussões, questionamos também o discurso, compulsivo e obsessivo, que defende que é preciso arquivar tudo, o que resulta em uma história quantitativa, que por ter conquistado a posição de sacralizada, toma o saber do arquivo como absoluto e ocultado. Se arquivar é vigiar, recusa-se o arquivo por ele passar a figurar como fonte de saber absoluto da memória, apagando a face da história como criação.

O discurso do antiarquivismo se organiza também negando as representações e os gestos de liberdade de expressão e de criatividade dos sujeitos. Assim, a história das transmissões textuais testemunha que muitos arquivos foram destruídos e apagados, para satisfazer os interesses de ditaduras e da soberania de grupos e de instituições políticas que silenciaram saberes e poderes não legitimados. Nesse campo, a postura do antiarquivismo se reflete nas relações em que se instituem os discursos dos “guardiões do controle”, que impedem ações interventivas marcadas pela mediação e voltadas para as interações não “sobre o”, mas “com o” sujeito e as comunidades.

BREVE RELATO HISTÓRICO

Nessa trama, é possível seguir ditos que refletem o discurso do antiarquivismo, a partir da proposta da arqueologia de Foucault (2007) que descreve as práticas da negação. Na dispersão de tal discurso, resgatam-se regimentos, decretos, textos e enunciados que tentam assegurar o silenciamento dos arquivos.

Nos rastros da memória, o arquivismo funcionaria como capital simbólico, cultural e político das comunidades. A memória como um território, em meio à desterritorialização dos contextos globali-

zantes, promove embates que auxiliam os atores das comunidades latino-americanas a planejar políticas de reparação das injustiças pretéritas, assegurando no presente a dimensão do futuro.

Assim, no campo do discurso do antiarquivismo, é preciso atentar para o perigo dessa ausência do arquivo como memória subjetiva e herança genealógica, pois tanto a ausência do arquivo quanto o excesso de arquivo é um vestígio do poder do arquivo. Para Roudinesco (2006, p. 15-23), os arquivos de Freud são testemunhos desse excesso do arquivo. Ao que parece, em vida, Freud era contrário à publicação de suas cartas, mas mesmo diante dessa posição, após a sua morte, a sua correspondência é publicada com a justificativa de que aquele arquivo era parte do patrimônio cultural da história e da psicanálise.

Segundo Roudinesco (2006, p. 15-23), entre dissimulações e calúnias, nas décadas de 50 a 80, a correspondência de Freud com Fliesse, intitulada “La naissance de la psychanalyse”, torna-se palco da manipulação editorial descuidada e das interpretações fantasiosas e infundadas dirigidas a esse arquivo. A leitura feita por Ernest Kris e Anna Freud, em 1950, da versão expurgada dessa correspondência marca o desmonte desse arquivo com a supressão de cento e quatro cartas que continham relatos íntimos da vida de Freud. Nesses cortes, foram censuradas informações importantes da origem da psicanálise, com a finalidade de manter inabalável a imagem histórica de Freud e negar à posteridade o acesso aos arquivos, com a justificativa de que hipoteticamente Freud não desejaria divulgar essas partes. Já em 1980, com o aval de Ana Freud, Jeffrey Moussaieff Masson recebe a incumbência de fazer a edição completa dessas cartas, mas, na busca obsessiva do arquivo que guarda a verdade oculta e com base em uma suposta historiografia revisionista, afirma sem a menor prova à renúncia de Freud a teoria da sedução, além de transformar Freud em figura diabólica, que tinha relações abusivas na família.

Ainda no contexto dos arquivos da psicanálise, no sentido contrário, a produção de Lacan pode usada para exemplificar a ausência do arquivo. Durante quase três décadas os arquivos lacanianos foram orais. Após a sua morte, o espólio de Lacan ficou sob a guarda

jurídica e interpretativa dos seus herdeiros, em particular seu genro Jacques-Alain Miller. Ao editor François Wahl foi confiada apenas a compilação editorial de suas conferências transcritas em forma de artigos intitulada “Os Escritos”. Mas sem o inventário das fontes, das histórias e das referências oficiais, há uma corrida pela restituição dos vestígios não legitimados, com base nos depoimentos, por vezes equivocados, dos ouvintes das conferências. E impulsionado pela privação de conhecer os bastidores desse arquivo, o sujeito sente compulsão pelos restos de Lacan (ROUDINESCO, 2006, p. 23-29).

Tomando outro contexto, Achugar (2006, p. 226-227), ao tratar dos direitos da memória sobre independências, desenvolve paralelos metafóricos entre as cenas de dois filmes de Spielberg, “Jurassic Park” e “E.T.”, e os arquivos da memória. De um lado, toma a leitura do ensaio de Luiz Perez Oramas, “Jurassic Park”, que tem como foco da narrativa a utopia; e a narrativa de “E.T.”, na qual os bandidos do filme são os cientistas e o sistema policial que persegue o alienígena, protegido pela generosidade das crianças (o futuro). Nessas vinculações propostas por Achugar (2006), o dinossauro (passado terrestre) e o E. T. (futuro alienígena) são viajantes do tempo, animais históricos, que articulam, nos arquivos, os saberes contemporâneos e os usos do passado terrestre e do futuro alienígena ou do futuro implícito das crianças.

Nessa leitura, Achugar (2006, p. 226-227) ainda coloca em foco a questão dos saberes e da linguagem e, por outro lado, os usos do passado e do futuro que transmitem a memória. O autor relata o lado negativo do arquivar, quando crítica o “pequeno Deus benevolente”, o futuro, que manipula a linguagem, a vida e a morte, visto que o passado não pode falar. Assim, para ele, é preciso estar alerta, pois para além do distanciamento entre o passado e o futuro, os usos dos saberes e do conhecimento podem ter, de um lado, a finalidade para o bem ou para o mal, e, do outro, para a abertura de comunicação.

O discurso a favor arquivo como construção cultural defende que, diante da crise política e social, que atinge vários países da América Latina, é preciso repensar as comunidades nacionais, reavaliando os sujeitos

históricos, principalmente do século XX, destronando relatos oficiais e legitimando narrativas de vida, histórias que não foram ouvidas.

Lembramos, ainda com Roudinesco (2006, p. 9), que o arquivo é uma “construção capaz de suprir a ausências dos vestígios”. Logo, é preciso lutar pelo não apagamento dos vestígios, como nos recorda o Moisés de Freud, pois da mesma forma que no genocídio dos judeus pelos nazistas tudo foi feito de forma a ser apagado, a mesma força, que tentou silenciar a voz e os rastros desse arquivo, fez com que ele retornasse com mais força, quando não se esperava, pois os gestos inconscientes podem revelar muito mais as marcas do sujeito.

A partir dessa motivação, é necessário trazer de volta os arquivos compostos sob a vigilância dos regimes políticos ditatoriais, que têm uma história longa a ser recontada. Arquivos sentenciados à vocação do exílio, daí a vontade de resgatá-los, com o desejo de reescrever a história. Assim, nesse campo, é produtivo considerar o estudo dos arquivos culturais, históricos e literários de autores conhecidos, mas também anônimos, evidenciando os resíduos da memória cultural e as relações entre lembrar e esquecer (LE GOFF, 1996; RICOEUR, 2008).

Nesse contexto, o historiador Artières (2008) traz exemplos significativos com referência às pesquisas em torno da constituição do “corpus”, com a coleta, classificação e apresentação dos documentos da história coletiva dos anos 1968. Para o pesquisador é preciso examinar os pormenores, mas de preferência o seu conjunto, ampliando o conceito de fonte para o desenvolvimento das pesquisas arquivísticas, através da inserção de arquivos esquecidos, das lutas e das dores, de televisões e de rádios, de movimentos, de organizações políticas, mas principalmente, a inclusão dos chamados arquivos pessoais, como as cartas, diários e autobiografias. No cenário desses arquivos, lugares são abertos e passam a figurar pessoas comuns, homens e mulheres, que não tinham nome, “figuras ainda mais silenciosas como a do homossexual, a do imigrante, a do colonizado” (ARTIÈRES, 1998; 2008, p. 142), em uma escrita na qual o homem se inscreve “para não desaparecer” (FOUCAULT, 2001, p. 268).

No Brasil, não são raras as notícias que se têm

sobre a censura e a destruição de importantes arquivos, conjuntos documentais, fontes raras que testemunham a memória cultural local, regional e nacional. Mais ainda não são suficientes os casos, por exemplo, de iniciativas de preservação e organização de arquivos e acervos por parte de instituições privadas, com o fim de disponibilizar esses testemunhos para consulta, pois o mais comum se refere aos casos de doação ou venda para instituições públicas (BACELLAR, 2005)

Historicamente, o acesso às informações constantes nos arquivos, no Brasil, sempre foi dificultado, apesar da suposta “liberdade de informação constar de dispositivos constitucionais desde o Império”. A liberação de documentos era realizada apenas para o “uso do governo ou para pessoas indicadas diretamente pelo Imperador”. Até fins do século XVIII, no geral, os arquivos do Estado eram secretos, servindo exclusivamente aos reis. Era imposta uma política de sigilo que transformava o “arquivo público em uma instituição guardião do segredo de Estado”; e, ainda hoje, essa prática de sigilo, “indicativa de uma estrutura de Estado centralizada e burocrática”, encontra seus vestígios. O período Republicano, por outro lado, é marcado por uma maior abertura, com mais direito à informação, devido à institucionalização gradativa dos documentos de arquivo, “apesar dos interregnos de obscurantismo e de censura” (COSTA, 1998, p. 192-196).

O arquivo alcança o *status* de testemunho da história e passa a desempenhar um papel crucial na reconstrução da memória, mas por outro lado ele não “é inocente”, é controlado pela lembrança, pela história. Seleções de fragmentos da memória, manipulados, alterados; recordação monitorada sob vigilância da cultura e do tempo, que inclui, exclui, omite, revelando o poder do passado sobre a memória e sobre o futuro. (COOK, 1998, p. 139-140; LE GOFF, 1996)

A esse respeito, Cook (1998, p. 139-140) destaca a mudança de procedimento na prática do arquivista, na pós-modernidade, que deixa de lado o suposto lugar de “guardião imparcial da arquivística”, e dá lugar ao “agente interveniente que estabelece os padrões de arquivamento”, sujeito com intervenção ativa e interpretativa, na reconstrução da memória social. O arquivista reconhece que os arquivos, apesar de serem

“sinais”, são como “espelhos distorcidos que alteram os fatos e realidades passados, enfim podem ser interpretados como “construções sociais” e discursivas das instituições e dos indivíduos.

Nessa direção, revisitamos a relação apresentada por Foucault (2004) dos três sistemas de exclusão inscritos nas práticas discursivas, e o que nos chama mais atenção é aquele que se relaciona à interdição, a “palavra proibida”, pois é reconhecido que o discurso nada mais é do que um “jogo de escritura”, um jogo de política e estratégia.

No âmbito brasileiro, Orlandi (2007) traça uma reflexão produtiva sobre a política dos arquivos e do silêncio, considerando o silêncio local, em uma perspectiva cultural, principalmente em contextos nos quais o sujeito está sob a inscrição da violência, que pode ser exemplificada no Brasil, a partir da censura e da vigilância empreendida pelas ditaduras que afetam a identidade do sujeito.

Mas é no século XX, em nossa leitura, que o Brasil vivencia momentos longos de interdição no âmbito da linguagem e dos arquivos. A Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985) marcou um período de intervenção decisiva da censura por meio dos órgãos censórios, que criaram mecanismos de vigilância e tiveram como foco a produção teatral, cinematográfica e literária do país. Essa política de vigilância e violência, por meio da censura, revela violações dos direitos à liberdade de expressão, por meio do intenso controle social, político e artístico (BERG, 2002).

Trazemos à cena, o exemplo da censura aos arquivos teatrais produzidos na ditadura brasileira. Nesse contexto, o dramaturgo carioca, Roberto Athayde, que escreveu o texto teatral “Apareceu a Margarida”, em 1971, só pôde ter sua peça encenada em 1973, por conta da censura. Portanto, a produção “Apareceu a Margarida” representa um arquivo cultural interdito, visto ser uma produção dramatúrgica que passou pelo crivo da censura de sua época, podendo ser compreendida como testemunho do não dito.

Com base na documentação do espólio desse arquivo, Correia (2013), integrante da Equipe de Textos Teatrais Censurados – ETTC - UFBA, apresenta uma edição sinóptica do texto, em suporte papel e ele-

trônico, acrescida da edição fac-similar, por meio de digitalização de fotografias. Assim, foi recuperada a documentação que testemunha as etapas da memória desse arquivo, com as sete versões datiloscritas contempladas na edição, além do testemunho das intervenções da censura da época, por meio do parecer do censor, que pode ser acompanhado pelo documento do Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal (1975), constante no Arquivo Nacional de Brasília.

A ideia de silêncio, apresentada por Orlandi (2007), captura claramente essa realidade profunda, a dos arquivos da censura, na ditadura militar brasileira. Em contextos de ditadura, às vezes para dizer é preciso não dizer ou não dizer diretamente; e o que é proibido está circunscrito, por vezes, em momentos históricos marcados pela interdição da palavra e pela impossibilidade do sujeito de assumir certas posições discursivas. Mas é na linguagem que o sujeito resiste em se submeter, criando outras formas de dizer, quando não é possível se dizer outras, pois silenciar não indica necessariamente privar o outro das palavras, mas impedi-lo de dizer certas palavras.

Por conseguinte, é importante resgatar a relação do sujeito com a memória, pois sabemos que alguns rastros da violência foram apagados pela impossibilidade de falar e de testemunhar, mas, nesse caso, os textos podem servir como vestígios dos testemunhos do não dito, de quem podia dizer e do que não podia ser dito. (GONÇALVES, 2015)

Na contemporaneidade, o sujeito não se conecta ao passado apenas por intermédio das obras históricas, mas também pela ficção e pelos relatos da memória, coletiva ou individual, ao ponto de, por vezes, o sujeito se sentir mais identificado com esses relatos, que “conferem uma presença ao passado”, do que com os próprios livros de história (CHARTIER, 2009, p. 21).

Da mesma forma, os arquivos da imprensa registram as produções literárias censuradas. No exemplar do jornal de publicação baiana, “A Tarde”, de 1968, documenta-se a apreensão em Ilhéus da produção literária “Raio X de uma cidade” do escritor baiano Creso Coimbra durante a ditadura militar. A matéria de jornal relata que o livro, lançado em Itabuna, Salvador e Ilhéus, foi apreendido pelo subdelegado de polícia

Federal de Ilhéus, sob a alegação de ser imoral, pois continha palavras pornográficas. A apreensão ocorreu na segunda-feira, num depósito pertencente ao encarregado pela distribuição do livro, em Ilhéus. Cem volumes foram apreendidos pelos prepostos da Subdelegacia de Polícia Federal, os quais não deram recibo da apreensão. Os policiais mantiveram clima de apreensão no seio da população, ameaçando com prisão a quem vendesse ou comprasse o livro.

Figura 1 – Notícia de apreensão do livro do escritor baiano Creso Coimbra



Fonte: A Tarde, 1968.

O estado de vigilância, em períodos sob a vigência de regime ditatorial, requer do sujeito, principalmente no que diz respeito ao arquivismo das suas produções culturais, um estado de constante alerta, velando pela prudência, principalmente em relação aos sentidos produzidos pelos arquivos. O contexto do autoritarismo da censura “traduz exatamente essa asfixia”. Se ao sujeito não é permitido explicitar o poder de palavra, ele “não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o ‘lugar’ que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos” (ORLANDI, 2007, p. 29, 79).

Nessa reavaliação, a pesquisa com arquivos propõe novos roteiros, ganhando lugar de destaque e disputa nos debates culturais, linguísticos e históricos, e passando a compor fundos específicos, com documentos de arquivos públicos e privados, possibilitando ao sujeito experimentar as ruínas da linguagem como lugar da invenção. E nesse narrar, é possível ler, nas pistas mudas e imperceptíveis, “esse corpo de saberes locais, sem origem e nem memória ou história”, “nascidos da concretude da experiência da linguagem e da história dos homens” (GINSBURG, 1991, p. 152, 155, 167).

Na análise desses arquivos, são seguidas as pistas da construção dos manuscritos (rascunho, plano, esboço), dos paratextos (correspondências, cadernos, anotações) e da divulgação, circulação e recepção dos textos, com o fim de compor cuidadosas produções editoriais. Em uma concepção mais abrangente dessa literatura, a reconstrução dos arquivos literários passa a apresentar uma dimensão mais política, passando a considerar de forma mais apropriada os variados arquivos culturais, que testemunham a complexidade do sujeito e da sua existência, das escritas e da natureza das identidades, as histórias de vida dos sujeitos e os entrecruzamentos com a cultura oral (MIRANDA, 2003, p. 11).

Portanto, pensamos no sujeito como função, lugar no discurso e que recebe parte da formação discursiva e parte da sua identidade, pois ela define as relações de poder, o que deve ser feito, dito e não dito, onde quando e de que modo, por meio, inicialmente, do controle religioso, e depois do poder do estado, con-

trole sutil, na desculpa da necessidade de uma auto-vigilância, dos governantes. O discurso é violência e é nessa prática de violência, de interdição da palavra, atribuída ao discurso, que precisam ser construídos “mecanismos de resistência”, pois é na violência que os acontecimentos discursivos localizam o princípio de sua regularidade.

Com base nos movimentos ideológicos e políticos do arquivismo no âmbito literário e cultural, destaca-se a atuação dos pesquisadores da Coleção Archives, que desenvolvem ações metodológicas no trato dos documentos dos escritores da literatura latino-americana. Nesse trabalho de compor fundos para os arquivos literários, no qual “a literatura saiu dos arquivos” (HAY, 2003, p. 81), esses arquivos são reavaliados e interpretados como “objetos culturais” e como lugar de “luta de discursos” (DERRIDA, 2001).

No Brasil, a partir do século XX, os pesquisadores de vários órgãos, instituições de pesquisa e universidades têm congregado esforços com o fim de salvaguardar o patrimônio literário e cultural e constituir acervos de manuscritos de seus escritores, a exemplo do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros) - USP, que possui um espólio de documentos pessoais, estudos da obra, correspondências, originais e recortes de fotografias, postais e cartões de escritores como Guimarães Rosa; da Fundação Casa de Rui Barbosa - Rio de Janeiro; Centro de Estudos Literários - UFMG; e da Fundação Casa de Jorge Amado - Bahia. Esses centros de pesquisa com arquivos estão vinculados à Coleção Archives da Association Archives de la Littérature Latino-Américaine des Caraïbes et Africaine du XXe siècle, organização internacional não governamental que mantém relações oficiais de informação e de consulta com a UNESCO (MIRANDA, 2003, p. 13). Além disso, somam-se a esses arquivos os que guardam a história nacional, regional e local, a exemplo dos Arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Arquivo Público do Estado da Bahia.

O projeto editorial da Coleção Archives tem o apoio de instituições culturais da Europa e da América Latina, realizando debates sobre métodos, práticas e tessituras de edições que traduzem o trabalho de salvaguardar os arquivos da memória literária e

cultural de escritores latino-americanos. A releitura desses arquivos, apesar de possíveis falhas, é realizada por meio da composição de cuidadosas edições filológicas dos escritores da literatura latino-americana e pelo estudo dos diferentes movimentos da escritura que revelam o espaço de criação (LEBRAVE, 2003, p. 89; MIRANDA, 2003, p. 37-38).

Para Marques (2003, p. 155), os pesquisadores de arquivos literários, que já têm um diálogo efetivo com as artes, poderiam se interessar mais pelas questões que cercam os “arquivos pessoais, dialogando e interagindo com os arquivistas”. Nesse estatuto político, da relação da arte e da cultura, os sujeitos, os escritores passam a “com-sentir” e “com-partilhar” a existência, os modos de vida, os saberes e os poderes, contemplando as pegadas, não de um passado nostálgico, mas do caminhar no presente (AGAMBEN, 2009).

REFLETINDO SOBRE OS DISCURSOS ANTIARQUIVISMO

Na história dos arquivos que vai além dos manuscritos e escritos, há registros constantes de ações que promovem o desaparecimento de fontes documentais importantes para o conhecimento da nossa história ou o encarceramento e o silenciamento desses registros, nos arquivos públicos ou privados. Esse trabalho requer entrecruzamentos de informações com outras fontes, outros discursos, pois a palavra do arconte e a autoridade do arquivo são, antes de qualquer coisa, a palavra e a autoridade do discurso.

É também importante a contribuição de Ginzburg (1991, p. 149) para a mudança de olhar em relação aos arquivos, pois o escritor apresenta a importância dos resíduos e dos documentos marginais como subsídios relevantes para a construção de um método interpretativo. Nesse contexto, o arquivo pode se apresentar de várias formas, mediando as “posições-sujeitos”, dissimulando por meio do discurso, reforçando alguns e extinguindo outros e assim, demarcando espaços e vinculando seu discurso ao sistema geral de arquivo do qual faz parte.

Desse modo, o enunciado antiarquivismo defende que é preciso levar em conta não apenas

os discursos oficiais da continuidade, que são marcados pela sucessão, mas resgatar “as vozes encontradas – vindas do lixo” (RICHARD, 2002, p. 67), os discursos das descontinuidades, marcados pelas feridas que nos atravessam. Essas estratégias de resistência lembram a afirmação de Foucault, em entrevista, quando declara o seu “eu sou” como um “pirotécnico”, fazendo a “escrita de si”, como alguém que resiste, como um estrategista do cerco e da guerra (POL-DROIST, 2006, p.69-70).

A posição do antiarquivismo não está apenas pautada na negação da memória que postula zonas intermediárias entre o presente, o passado e o futuro, mas batalha, na tentativa de apagar os percursos, as leituras discursivas e os estágios da memória política e histórica das comunidades nacionais. Os efeitos mobilizadores dessa construção cultural reivindicam o estudo dos arquivos vigiados, dos arquivos da interdição, dos arquivos da palavra proibida e dos arquivos da vontade de viver e saber-poder, que são marcados pela exclusão da sociedade punitiva.

Ao recolocar em discussão, em diálogo com Ginsburg (1991, p. 167), as pegadas da Filologia e a sutileza traduzida pela crítica filológica, interpreta-se que a história do arquivismo nem sempre pode ser retratada nos registros públicos e recuperada pelos historiadores. Para se constituir o patrimônio cultural, era necessário arquivar outras formas de saberes, que não podiam ser diagnosticadas nos livros, mas pela voz, gestos e olhares, fundados sobre pistas intraduzíveis pela escrita.

Nessa direção, baseado em propostas de modos de leituras, inclusivos e flexíveis, o filólogo tenta não apagar os estágios da memória dos arquivos, mas escavá-la, deixando e consignando os rastros e pistas, da documentação recolhida sobre o escritor e/ou sobre o texto-documento para a edição, pelo aparato das variantes, textuais e autorais e pelos estudos interdisciplinares, que evidenciam o sujeito-escritor, os contextos e os modos de produção e de recepção dos arquivos e viabilizam a possibilidade de que o sujeito/público-leitor possa fazer, ao seguir o percurso dos arquivos, as suas próprias leituras.

No arquivo como diagnóstico, as caminhadas

intempestivas do filólogo no território do arquivo requer uma postura nômade, marcada pelo hibridismo e pela vontade de com-partilhar as histórias de vida, pois o filólogo precisa a todo tempo reinterpretar e reavaliar, sem cessar, os procedimentos adotados no decorrer de suas leituras, desconfiando das verdades que se insinuam no arquivo.

Em tal contexto é crucial a pesquisa com enfoque para o desarquivamento da memória, por meio dos textos, uma vez que esses arquivos textuais possibilitam uma reavaliação do espaço narrativo da memória. Para Chartier (2007) o desejo de preservar, arquivar foi sempre recorrente, pois significava lutar contra a destruição, a perda e o esquecimento dos tempos e dos homens. Era uma forma de resistência por parte das comunidades. Mas, com o passar dos tempos, a tendência foi o apagamento dos traçados desses arquivos, registrados em suportes que nos permitem escrever e inscrever, mas também sobrescrever, apagar, modificar e até apagar e escrever de novo, nos fazendo esquecer.

E, se o arquivo é uma construção social e discursiva, da coletividade e dos indivíduos, são produtivas as reflexões de Foucault (2004, p. 51-53) sobre “questionar nossa vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; e suspender, enfim, a soberania do significante”. No entanto, essa não é apenas uma questão de restituir a palavra ou um não dito, mas faz-se necessário intervir com outros métodos de leitura e interpretação nos quais os discursos estariam destituídos de significações antecipadas, pois o discurso não é o cúmplice do nosso conhecimento e nem o mundo reflete “uma face legível que podemos decifrar”. Os discursos, porém, seriam tratados como “práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”.

Interpretando as pegadas do arquivismo da memória, para Didi-Huberman (2011), como declarar a morte dos sobreviventes, se buscamos o lampejo dos vaga-lumes na escuridão? Não seria decretar a morte da nossa memória e a desesperança na política? Portanto, se ser contemporâneo significa ver a luz que procura nos alcançar no escuro do presente, atentamos para os lampejos que emanam dos arqui-

vos, imagens da sobrevivência dos gestos populares, da cultura silenciada do povo em seu estado de marginalização, mas ao mesmo tempo de resistência e de revolta (AGAMBEN, 2009).

Nessa linha, Miranda (2003, p. 39), ao tratar dos limites culturais que se verificam na Coleção Arquivos, atenta para a necessidade do “estabelecimento de novos modos de ler o cânon no âmbito de uma modernidade que se projeta e se experimenta como lembrança de exílio e desterritorialização, polissêmica e multiculturalidade”. Ao descentralizar as significações, investiga-se na leitura do arquivo um saber enquanto prática intertextual, interdisciplinar e metadiscursiva, articulando o local e o universal, e valorizando as raízes, o discurso tido, por vezes, como marginalizado e minoritário.

PRODUÇÕES CULTURAIS E DEMOCRATIZAÇÃO DOS ARQUIVOS NO BRASIL

Com o aumento do volume dos documentos físicos e virtuais, o acúmulo, por vezes desnecessário, desencadeia um grande problema. Atualmente, as empresas e órgãos governamentais, que não têm política de gerenciamento de seus arquivos, enfrentam vários problemas, ente os quais a falta de espaço, o despreparo para impedir a destruição dos documentos históricos, com a digitalização dos documentos físicos, e a falta de ampla inclusão digital.

Por outro viés, em tempos de mudança é necessário promover a localização dos arquivos das produções culturais contra-hegemônicas, dispersando as fronteiras entre o erudito e o popular, abrindo fendas e postulando a reescrita da história dos arquivos. Uma história que não fique restrita aos escritos, mas reposicione suas atenções para as formas de narrar a existência e para as produções culturais dos “subalternos”, buscando diálogos alternativos para um (des)arquivamento da própria vida.

Mariz (2012) ressalta a importância da internet para dar maior visibilidade às instituições arquivísticas e aos arquivos culturais e sociais. Em tempos de aumento nas demandas sociais pela afirmação das identidades, o surgimento de arquivos virtuais

permite não só a salvaguardar os documentos, mas também a possibilidade de democratizar o acesso às produções dos novos territórios de identidade e a politização das ruínas.

Assim, Richard (2002, p. 194) propõe novos trajetos de atualização e deciframento, no qual se deslocam “os vestígios da experiência para novas “superfícies de inscrição”. Se é possível restituir parte dos arquivos, presentes na memória viva, os escritos se apresentam como um dos principais depósitos de arquivos e, se entre esses registros, os escritos das comunidades do passado constituem o primeiro núcleo, “todos os tipos de rastros possuem a vocação de ser arquivados” (RICOEUR, 2008, p. 178).

No Brasil, é a Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que regula sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e estabelece as competências que reforçam a necessidade de um maior envolvimento com as questões relacionadas à gestão dos arquivos. A Constituição Federal de 1988 e particularmente a Lei nº 8.159 delegam ao Poder Público estas responsabilidades, consubstanciadas pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que consolidou os decretos anteriores; nº 1.173, de 29 de junho de 1994; nº 1.461, de 25 de abril de 1995; nº 2.182, de 20 de março de 1997; e nº 2.942, de 18 de janeiro de 1999. (JARDIM, 1995, p. 168-176)

Para cumprir esse fim, o CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos - órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República, define ações para a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, exercendo uma orientação normativa com vistas à proteção especial aos documentos de arquivo. (JARDIM, 1995, p. 168-176)

Contudo sabe-se que, mesmo em consonância com a atual política nacional para a cultura, as ações governamentais nem sempre dão conta das demandas dos grupos sociais. Mas, com motivação dos estudos culturais, as comunidades e os grupos silenciados em sua memória, criam formas alternativas de divulgar os seus arquivos. Esses relatos de vida articulam a memória dos saberes, práticas e tradições dos grupos,

marginalizados e/ou minoritários, que foram privados da sua voz, sendo, portanto, imprescindíveis para a questão do resgate, da reparação e da (re)construção dos arquivos da memória social. Dessa forma, o desarquivamento de textos culturais faz-se necessário, visto que recompõe parte da história e dos rastros dos sujeitos e a atuação dessas memórias como arquivo.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/São Paulo: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.

ACHUGAR, Hugo. *Direito de memórias sobre independências: planetas sem boca, escritos efêmeros sobre arte cultura e literatura*. Tradução Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios?* Santa Catarina: Uno/Chapecó/Argos, 2009.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos: Arquivos Pessoais*, v. 11, n. 21, 1998. p. 9-34.

ARTIÈRES, Philippe. O desconhecido da Sorbonne: sobre os historiadores e “os anos” 68. *Revista Estudos Históricos*, v. 21, n. 42, 2008. p. 133 – 144.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23 - 79.

BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964 – 1984)*. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: EDUNESP, 2007.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos: Arquivos Pessoais*, v. 11, n. 21, 1998. p. 129 – 150.

CORREIA, Fabiana Prudente. *O desabrochar de uma flor em tempos de repressão: edição e crítica filológica de Apareceu a Margarida, de Roberto Athayde*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Orientadora: Profa. Dra. Rosa Borges dos Santos.

- COSTA, Célia Maria Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Revista Estudos Históricos: Arquivos Pessoais*, v. 11, n. 21, 1998. p. 189-2000.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Tradução Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fra- ga de Almeida Sampaio. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos III - Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Id. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Léxico e arquivo: a questão da violência nos regimes ditatoriais. In: HORA, Dermeval da, PEDROSA, Juliene Lopes R., LUCENA, Rubens M. (Orgs.). *ALFAL 50 anos: Contribuições para os estudos linguísticos e filológicos*. João Pessoa: Ideia, 2015, p. 544-573.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- HAY, Louis. O manuscrito sai dos arquivos. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. (Orgs.) *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 65 - 81.
- JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niteroi: Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 4 ed. Campinas: São Paulo: EDUNICAMP, 1996.
- LEBRAVE, Jean-Louis. O manuscrito será o futuro do texto. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. (Orgs.) *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 83 - 92.
- LIVRO de escritor baiano foi apreendido em Ilhéus. *A Tarde*. Política e políticos, segunda coluna. Salvador, Bahia, sexta-feira, 08 de março de 1968, nº 18586, p.3. Acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MARIZ, Anna Carla Almeida. *A informação na internet: arquivos públicos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- MARQUES, Reinaldo. O arquivamento do escritor. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. (Orgs.) *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 141 - 156.
- MINISTÉRIO da Justiça. Departamento de Polícia Federal. [Parecer do censor G.M.C.]. Datiloscrito, Brasília. 22 abr. 1975. 1f.
- MIRANDA, Wander Mello. Arquivos e Memória Cultural. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. (Orgs.) *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 35 - 42.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio - no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- POL-DROIST, Roger. *Michel Foucault: entrevistas*. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006. Entrevista realizada em junho de 1975.
- RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Tradução Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- RICOEUR, Paul. *Memória, história e esquecimento*. Tradução Alain François [et al.] Campinas: EDUNICAMP, 2008.
- ROUDINESCO, Elizabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

O AUTOR

Eliana Correia Brandão Gonçalves é Mestre em Letras (Filologia – Crítica Textual) - UFBA (2000). Doutora em Linguística Histórica (Mudanças Linguísticas na România) - UFBA (2007). É sócia da Associação de Linguística e de Filologia da América Latina – ALFAL. Atualmente é professora efetiva da Universidade Federal da Bahia e coordena e desenvolve o projeto Arquivos culturais e construção do léxico: a vigilância nos regimes ditatoriais. E-mail: elianabrand7@gmail.com